



LEG/IDBDOCS: 1029447

José Fernando Mattos - Presidente  
Cláudio Leite Gastal - Diretor  
Movimento Brasil Competitivo - MBC  
SBN – Quadra 1 Bloco “3” Sala 404  
Ed. Confederação Nacional do Comércio  
CEP 70.041-902 – Brasília - DF

Ref: Cooperação Técnica Regional Não  
Reembolsável No. ATN/KK-10437-RS.  
Programa de Apoio à Cúpula EUA-Brasil de  
Inovação para o Desenvolvimento  
Sustentável.

Prezados Senhores:

Esta carta-convênio (doravante denominada “Convênio”) entre Movimento Brasil Competitivo - MBC (doravante denominado “Beneficiário”) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, na qualidade de Administrador do Fundo Coreano de Parceria de Conhecimento para Tecnologia e Inovação, (doravante denominado “Banco”), que submetemos à consideração de V. Sa. destina-se a formalizar os termos da concessão de uma cooperação técnica não reembolsável ao Beneficiário, no montante de até setenta e quatro mil, setecentos e doze dólares (US\$ 74.712) que serão desembolsados a débito dos recursos do Fundo Coreano de Parceria de Conhecimento para Tecnologia e Inovação, doravante denominada “Contribuição”, para financiar a contratação de serviços de consultoria e a aquisição de bens necessários à realização de um programa de cooperação técnica destinado a prover apoio ao encontro “US-Brazil Innovation Summit”, doravante denominado “Programa”, descrito no Anexo Único deste Convênio. Salvo disposição em contrário neste Convênio, o termo “dólares” significa a moeda de curso legal nos Estados Unidos da América.

Este Convênio é formalizado por força do Acordo firmado pelo Banco e o Governo da República da Coreia, datado de 27 de julho de 2005 e subsequente alteração de maio de 2006, para a o estabelecimento do Fundo Coreano de Parceria de Conhecimento para Tecnologia e Inovação.

O Banco e o Beneficiário têm por justo e acordado o seguinte:

**Primeiro. Partes integrantes do Convênio.** Este Convênio é integrado por esta carta, denominada “Disposições Especiais”; pelas “Normas Gerais” e o Anexo Único aqui

incorporados. No Artigo 1 das Normas Gerais, define-se a hierarquia entre as partes e os anexos acima referidos.

**Segundo. Órgão Executor.** O Órgão Executor deste Programa será o Beneficiário, doravante denominado indistintamente “Órgão Executor” ou “Beneficiário”.

**Terceiro. Condições prévias ao primeiro desembolso.** (a) O primeiro desembolso dos recursos da Contribuição está condicionado ao cumprimento, de maneira satisfatória para o Banco, das condições prévias estipuladas no Artigo 2 das Normas Gerais.

(b) Não obstante o previsto no inciso (a) desta cláusula, o primeiro desembolso somente ocorrerá à partir do dia 13 de julho de 2007, após o término do “US-Brazil Innovation Summit”.

**Quarto. Reembolso de despesas a débito da Contribuição.** Com a concordância do Banco, os recursos da Contribuição poderão ser utilizados para reembolsar despesas efetuadas ou financiar as que se efetuem com o Programa a partir de 26 de junho de 2007 e até a data do presente Convênio, desde que se tenham cumprido requisitos substancialmente análogos aos estabelecidos neste instrumento.

**Quinto. Fundo Rotativo.** O montante do fundo rotativo para este Programa será o equivalente a 20%, do montante total da Contribuição.

**Sexto. Prazos.** (a) O prazo para a execução do Programa será de seis (6) meses, contados a partir da data em que este Convênio entrar em vigor.

(b) O último desembolso dos recursos da Contribuição pelo montante de até 20% do total, somente ocorrerá após o cumprimento de todos requisitos mencionados no Componente 2 do Anexo Único. Qualquer parte da Contribuição não utilizada dentro do prazo de nove (9) meses, contados a partir da data em que este Convênio entrar em vigor, será cancelada. O desembolso dos recursos necessários para pagar o serviço de auditoria a que se refere o Artigo 11 das Normas Gerais deverá ser efetuado dentro deste prazo.

**Sétimo. Custo total do Programa e recursos adicionais.** (a) O Beneficiário compromete-se a efetuar oportunamente, as contribuições adicionais à Contribuição, doravante denominadas “Aporte”, necessárias para a plena e ininterrupta execução do Programa. O Aporte totalizaria o equivalente a setenta mil dólares (US\$70.000), a fim de completar a soma equivalente a cento e quarenta e quatro mil, setecentos e doze dólares (US\$144.712) em que se estima o custo total do Programa, sem que estas estimativas reduzam a obrigação do Beneficiário de entregar os recursos adicionais requeridos para completar o Programa.

(b) O Aporte do Beneficiário será destinado a financiar as respectivas categorias estabelecidas no orçamento do Programa que consta do Anexo Único.

**Oitavo. Uso da Contribuição.** Os recursos da Contribuição somente poderão ser utilizados para o pagamento de serviços de consultoria e a aquisição de bens originários dos países membros do Banco.

**Nono. Reconhecimento de despesas a débito do Aporte.** O Banco poderá reconhecer, como parte do Aporte, as despesas efetuadas no Programa a partir de 26 de junho de 2007 e até à data do presente Convênio, desde que se tenham cumprido requisitos substancialmente análogos aos estabelecidos neste instrumento.

**Décimo. Moedas para os desembolsos.** O Banco efetuará o desembolso da Contribuição em dólares. O Banco, aplicando a taxa de câmbio indicada no Artigo 7 das Normas Gerais, poderá converter essas moedas conversíveis em outras moedas, inclusive moeda local.

**Décimo Primeiro. Aquisição de bens e serviços.** A aquisição de bens e serviços (outros que os de consultores) será efetuada de acordo com as disposições estabelecidas no Documento GN-2349-7 (“Políticas para a aquisição de obras e bens financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento”), de julho de 2006 (doravante denominado “Políticas de Aquisições”), que o Beneficiário declara conhecer.

**Décimo Segundo. Seleção y contratação de consultores.** A seleção e contratação de consultores deverá ser efetuada de acordo com as disposições estabelecidas no Documento GN-2350-7 (“Políticas para a seleção e contratação de consultores financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento”), de julho de 2006 (doravante denominado as “Políticas de Consultores”), que o Beneficiário declara conhecer.

**Décimo Terceiro. Plano de Contratações.** Antes que seja efetuado qualquer chamado de licitação no caso de bens e serviços (diferentes dos de consultoria) ou qualquer solicitação de propostas aos consultores, o Beneficiário, deverá apresentar à revisão e aprovação do Banco, o Plano de Contratações proposto para o Projeto, que deverá incluir o custo estimado de cada contrato, a agrupação dos contratos e os métodos de aquisição e seleção aplicáveis, de acordo com o disposto no parágrafo 1 do Apêndice 1 das Políticas de Aquisições e de Consultores. Este plano deverá ser atualizado cada 3 meses durante a execução do Projeto, e cada versão atualizada será submetida à revisão e aprovação do Banco. A aquisição dos bens e serviços (diferentes dos de consultoria) e a seleção e contratação de consultores deverão ser efetuadas de acordo com o Plano de Contratações aprovado pelo Banco e suas respectivas modificações.

**Décimo Quarto. Revisão dos contratos.** Salvo que o Banco determine de forma distinta por escrito, cada contrato para a aquisição dos bens e serviços (diferentes dos de consultoria) e a contratação de consultores serão revisados em forma ex ante, de acordo com os procedimentos estabelecidos nos parágrafos 2 e 3 dos Apêndice 1 das Políticas de Aquisições e a de Consultores.

**Décimo Quinto. Disponibilidade de informação.** O Beneficiário se compromete a comunicar ao Banco, por escrito, dentro de um prazo máximo de dez (10) dias úteis, contados a partir da data de subscrição do presente Convênio, se considera alguma parte deste Convênio

como confidencial ou delicada, ou que possa afetar negativamente as relações entre o Beneficiário e o Banco ou entre os clientes do setor privado e o Banco, em cujo caso o Beneficiário se compromete a indicar as disposições consideradas como tais. De conformidade com a política sobre disponibilidade de informação do Banco, este colocará à disposição do público o texto do presente Convênio, uma vez o mesmo tenha sido subscrito e tenha entrado em vigência, excluindo apenas aquela informação que o Beneficiário tenha identificado como confidencial, delicada ou prejudicial às relações com o Banco na forma indicada neste parágrafo.

**Décimo Sexto. Comunicações.** Todos os avisos, solicitações, comunicações ou notificações que as partes devam dirigir umas às outras em virtude deste Convênio, serão efetuadas por escrito e se considerarão realizadas desde o momento em que o documento correspondente seja entregue ao destinatário no endereço a seguir indicado, a menos que as partes, por escrito, acordem o contrário.

Do Beneficiário:

O endereço correspondente será o indicado na primeira página de este Convenio.

Facsímil: (55-61) 3326-0121

Do Banco:

Banco Interamericano de Desenvolvimento  
1300 New York Avenue, N.W.  
Washington, D.C. 20577  
Facsímil: (1-202) 623-3096

Nestes termos, solicito a V. Sa., como representante do Beneficiário, a aceitação do mesmo aos termos deste Convênio, mediante a assinatura e entrega de uma das vias originais desta carta à Representação do Banco em Brasília.

Esta Carta-Convênio, depois de assinada em duas (2) vias de igual teor, por representantes devidamente autorizados, entrará em vigor na data da sua assinatura pelo Beneficiário.

Atenciosamente,

(f)

---

Jorge Luis Lestani  
Subrepresentante do Banco no Brasil

De acordo:

(f)

---

José Fernando Mattos – Presidente  
Movimento Brasil Competitivo – MBC

Data: 11 julho 07

(f)

---

Cláudio Leite Gastal - Diretor  
Movimento Brasil Competitivo - MBC

Data: 11 julho 07

## **NORMAS GERAIS APLICÁVEIS ÀS COOPERAÇÕES TÉCNICAS NÃO REEMBOLSÁVEIS**

**Artigo 1. Aplicação e alcance das Normas Gerais.** (a) Estas Normas Gerais estabelecem termos e condições aplicáveis de um modo geral a todas as cooperações técnicas não reembolsáveis do Banco e suas condições constituem parte integrante deste Convênio. Qualquer exceção a estas Normas Gerais será expressamente indicada no texto das Disposições Especiais.

(b) Se houver incongruência ou contradição entre alguma estipulação das Disposições Especiais ou do Anexo ou dos Anexos e estas Normas Gerais, prevalecerá o previsto nas Disposições Especiais ou no respectivo Anexo. Quando houver incongruência ou contradição entre estipulações das Disposições Especiais e do Anexo ou dos respectivos Anexos, prevalecerá o princípio segundo o qual a estipulação específica prevalece em relação à geral.

**Artigo 2. Condições prévias ao primeiro desembolso.** (a) O primeiro desembolso da Contribuição está condicionado a que o Beneficiário, por si ou por intermédio do Organismo Executor, tenha:

- (i) designado um ou mais funcionários que possam representá-lo em todos os atos relacionados com a execução deste Convênio e feito chegar ao Banco exemplares autenticados das firmas desses representantes. Caso sejam designados dois ou mais funcionários, cumpre informar se ambos podem agir individualmente ou se o farão necessariamente em conjunto;
- (ii) apresentado uma solicitação de desembolso, justificada por escrito; e
- (iii) apresentado um cronograma para o uso do Aporte.

(b) Se, dentro de cento e oitenta (180) dias, contados a partir da entrada em vigor deste Convênio, ou de um prazo mais longo que as partes tenham acordado por escrito, não se cumprirem as condições prévias ao primeiro desembolso estabelecidas neste artigo e nas Condições Gerais, o Banco poderá rescindir este Convênio, dando ao Beneficiário o respectivo aviso.

**Artigo 3. Forma de desembolso da Contribuição.** (a) O Banco efetuará o desembolso da Contribuição ao Beneficiário por intermédio do Órgão Executor na medida em que este, de maneira satisfatória ao Banco, o solicite e justifique as despesas imputáveis à Contribuição.

(b) A pedido do Beneficiário, por intermédio do Órgão Executor e uma vez cumpridos os requisitos estabelecidos na alínea (a) deste artigo, no artigo 2 e nas Disposições Especiais, o Banco poderá constituir um fundo rotativo a débito da Contribuição, que o Beneficiário, por intermédio do Órgão Executor, usará para cobrir as despesas do Programa

imputáveis à Contribuição. O Beneficiário, por intermédio do Órgão Executor, informará ao Banco, dentro de sessenta (60) dias após o encerramento de cada semestre, sobre a situação do fundo rotativo.

(c) O Banco poderá renovar total ou parcialmente o fundo rotativo à medida que se usem os recursos, se o Beneficiário, por intermédio do Órgão Executor, assim o solicitar e apresentar ao Banco, de forma a que este considere satisfatória, uma discriminação das despesas efetuadas a débito do fundo, juntamente com a documentação comprobatória e uma justificação do pedido. Para a discriminação das despesas serão empregados os itens orçamentários indicados no Anexo A deste Convênio.

**Artigo 4. Despesas a débito da Contribuição.** A Contribuição será destinada exclusivamente para cobrir os itens orçamentários do Programa incluídos no Anexo A. Somente poderão ser lançadas a débito da Contribuição as despesas reais e diretas efetuadas para a execução do Programa. Não se poderão lançar despesas indiretas ou serviços de funcionamento geral não incluídos no orçamento do Programa.

**Artigo 5. Último Pedido de desembolso.** O Órgão Executor apresentará, de maneira que o Banco considere satisfatória, o último pedido de desembolso da Contribuição acompanhado da documentação comprobatória, pelo menos trinta (30) dias antes da data em que vencer o prazo de desembolso estabelecido nas Disposições Especiais deste Convênio ou de sua prorrogação conforme acordo escrito entre as partes. Este último pedido de desembolso deverá incluir a documentação comprobatória para o pagamento dos serviços de auditoria mencionado no Artigo 11 destas Normas Gerais.

**Artigo 6. Suspensão e cancelamento dos desembolsos e outras medidas.** (a) O Banco poderá suspender os desembolsos ou cancelar a parte não desembolsada da Contribuição se ocorrer alguma das seguintes circunstâncias: (i) inadimplência por parte do Beneficiário de qualquer obrigação estipulada neste Convênio; (ii) caso seja determinado, em qualquer etapa, que existe evidência suficiente para confirmar uma alegação de que um empregado, agente ou representante do Beneficiário, do Órgão Executor ou do Órgão Contratante, tenha cometido um ato de fraude e corrupção durante o processo de licitação, de negociação de um contrato ou da execução do contrato; e (iii) qualquer circunstância que, a critério do Banco, possa tornar improvável a consecução dos objetivos do Programa. Nestes casos, o Banco notificará por escrito o Órgão Executor para que apresente seus pontos de vista e, decorridos trinta (30) dias da data desta notificação, poderá suspender os desembolsos ou cancelar a parte não desembolsada da Contribuição.

(b) Por força do disposto na alínea (a) deste artigo, as partes convêm em que, caso ocorram no Órgão Executor mudanças institucionais ou organizacionais que, na opinião do Banco, possam afetar a consecução oportuna dos objetivos do Programa, o Banco revisará e avaliará as possibilidades da consecução dos referidos objetivos e, a seu critério, poderá suspender, condicionar ou cancelar os desembolsos da Contribuição.

(c) O Banco poderá cancelar a parte não desembolsada da Contribuição referente à aquisição de determinados bens e serviços correlatos, à contratação de obras ou serviços de

consultoria, se, a qualquer momento determinar que: (i) as aquisições ou contratações foram efetuadas sem cumprimento do procedimento estabelecido neste Convênio, (ii) representantes do Beneficiário, do Órgão Executor ou do Órgão Contratante incorreram em qualquer ato de fraude e corrupção, tanto durante o processo de seleção do fornecedor, empreiteiro ou consultor como durante a negociação ou a execução do respectivo contrato, sem que o Beneficiário tivesse tomado as medidas cabíveis previstas na legislação brasileira.

(d) Para os efeitos da alínea anterior, entende-se que os atos de fraude e corrupção incluem, mas não se limitam, aos seguintes atos: (i) uma prática corrupta consiste em oferecer, dar, receber, ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor para influenciar as ações de outra parte; (ii) uma prática fraudulenta é qualquer ato ou omissão, incluindo a tergiversação de fatos e circunstâncias, que enganem, ou tentem enganar, alguma parte para obter um benefício financeiro ou de outra natureza ou para evadir uma obrigação; (iii) uma prática coercitiva consiste em prejudicar ou causar dano, ou ameaçar com prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte ou a seus bens para influenciar as ações de uma parte; e (iv) uma prática colusória é um acordo entre duas ou mais partes realizado com a intenção de alcançar um propósito inapropriado, incluindo influenciar de forma inapropriada as ações de outra parte.

(e) Se o Banco, de acordo com seus procedimentos administrativos demonstrar que qualquer empresa, entidade ou pessoa apresentando ou participando de uma licitação de um projeto financiado pelo Banco, incluindo, entre outros, Beneficiário, licitantes, fornecedores, empreiteiros, subempreiteiros, solicitantes, consultores, Órgão Executor ou Órgão Contratante (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes), cometeu um ato de fraude ou corrupção o Banco poderá:

- (i) decidir não financiar nenhuma proposta de adjudicação de um contrato ou um contrato adjudicado para bens, serviços relacionados e serviços de consultoria financiado pelo Banco;
- (ii) suspender os desembolsos da Contribuição, conforme disposto no inciso (a) supra destas Normas Gerais, se ficar determinado, em qualquer etapa, que existe evidência suficiente para comprovar uma alegação de que um empregado, agente ou representante do Mutuário, Órgão Executor ou Órgão Contratante cometeu um ato de fraude ou corrupção;
- (iii) cancelar a parte não desembolsada da Contribuição relacionada com um contrato, conforme disposto no inciso (c) supra destas Normas gerais, quando existir evidência de que o representante do Beneficiário não tomou as medidas corretivas adequadas em um prazo que o Banco considere razoável e de acordo com as garantias de devido processo legal estabelecidas na legislação do país do Beneficiário;
- (iv) emitir uma advertência na forma de carta formal de censura à conduta da empresa, entidade ou indivíduo



- (v) declarar uma pessoa, entidade ou empresa inelegível, de forma permanente ou por determinado período de tempo, para que lhe sejam adjudicados contratos em projetos financiados pelo Banco, exceto nas condições que o Banco julgar apropriadas;
  - (vi) encaminhar o tema às autoridades competentes encarregadas de fazer cumprir as leis; e/ou
  - (vii) impor outras sanções que julgar apropriadas dentro das circunstâncias do caso, incluindo a imposição de multas que representem para o Banco o reembolso dos custos de investigação e processo. Estas sanções poderão ser impostas de forma adicional ou em substituição de outras sanções.
- (f) A imposição de qualquer medida que seja tomada pelo Banco de acordo com as disposições referidas anteriormente poderá se efetuada de forma pública ou privada.
- (g) O disposto nas alíneas (a) e (c) anteriores não afetará as quantias que o Banco se tenha comprometido por escrito, perante o Beneficiário ou o Órgão Executor ou o Órgão Contratante, conforme o caso, a pagar a débito dos recursos da Contribuição a um fornecedor de bens e serviços relacionados ou serviços de consultoria. O Banco poderá deixar sem efeito o compromisso indicado nesta alínea (g) quando determinar, a sua satisfação, que ocorreram um ou mais atos de fraude e corrupção a que se refere a alínea (d) deste artigo, com relação ao processo de seleção, à negociação ou à execução do contrato para a aquisição dos referidos bens e serviços relacionados ou serviços de consultoria.

**Artigo 7. Taxa de câmbio para programas financiados com recursos denominados em dólares. (a) Desembolsos:**

- (i) a equivalência em dólares de outras moedas conversíveis em que possam ser feitos os desembolsos da Contribuição será calculada aplicando-se, na data do desembolso, a taxa de câmbio vigente no mercado; e
  - (ii) a equivalência em dólares de reais ou outras moedas não conversíveis em que possa ser desembolsada a Contribuição, será calculada aplicando-se, na data do desembolso, a taxa de câmbio que corresponda ao entendimento vigente entre o Banco e a República Federativa do Brasil, para os efeitos de manter o valor em dólares, dos reais ou outras moedas não conversíveis em poder do Banco.
- (b) Despesas efetuadas:
- (i) A equivalência em dólares de uma despesa que se efetue em moedas conversíveis será calculada aplicando-se, na data do pagamento da

respectiva despesa, a taxa de câmbio vigente no mercado.

- (ii) A equivalência em dólares de uma despesa que se efetue em reais ou outras moedas não conversíveis será calculada aplicando-se, na data do pagamento da respectiva despesa, a taxa de câmbio que corresponda ao entendimento vigente entre o Banco e a República Federativa do Brasil, para os efeitos de manter o valor em dólares, dos reais ou outras moedas não conversíveis em poder do Banco.
- (iii) Para os efeitos dos incisos (i) e (ii) acima, entende-se que a data de pagamento da despesa é aquela em que o Beneficiário, ou qualquer outra pessoa natural ou jurídica à qual tenha sido delegada a faculdade de efetuar despesas, realize os respectivos pagamentos em favor do consultor, empreiteiro ou fornecedor.

**Artigo 8. Taxa de câmbio para programas financiados com recursos em moedas conversíveis diferentes do dólar.** (a) Desembolsos. O Banco poderá converter a moeda desembolsada a débito dos recursos do fundo em administração indicado nas Disposições Especiais em:

- (i) outras moedas conversíveis, aplicando a taxa de câmbio vigente no mercado na data do desembolso; ou
  - (ii) reais ou outras moedas não conversíveis, aplicando na data do desembolso o seguinte procedimento: (1) será calculada a equivalência da moeda do fundo em administração indicado nas Disposições Especiais em dólares, aplicando a taxa de câmbio vigente no mercado; e (2) posteriormente, será calculada a equivalência desses dólares em reais ou outras moedas não conversíveis, aplicando a taxa de câmbio correspondente ao acordo vigente entre o Banco e a República Federativa do Brasil para fins de manutenção do valor em dólares, dos reais ou outras moedas não conversíveis em poder do Banco.
- (b) Despesas efetuadas.
- (i) A equivalência na moeda do respectivo fundo de uma despesa efetuada em moedas conversíveis será calculada aplicando-se a taxa de câmbio vigente no mercado, na data em que se efetuar o pagamento da respectiva despesa.
  - (ii) A equivalência na moeda do respectivo fundo de uma despesa efetuada em reais ou outras moedas não conversíveis será calculada da seguinte forma: (1) será calculada a equivalência em dólares da despesa, aplicando-se, na data em que se efetuar o pagamento da respectiva despesa, a taxa de câmbio que corresponda ao acordo vigente entre o Banco e a República

Federativa do Brasil (ou o país membro emissor da moeda) para fins de manutenção do valor em dólares dos reais (ou das outras moedas) em poder do Banco; (2) posteriormente, será calculada a equivalência na moeda do respectivo fundo do valor da despesa em dólares, aplicando-se a taxa de câmbio vigente no mercado na data em que se efetuar o pagamento da referida despesa.

- (iii) Para fins dos incisos (i) e (ii) acima, entende-se que a data do pagamento é aquela em que o Beneficiário, Organismo Executor ou outra pessoa física ou jurídica à qual tenha sido delegada a faculdade de efetuar despesas, efetue o pagamento a favor do empreiteiro, consultor ou fornecedor.

**Artigo 9. Outras obrigações contratuais dos Consultores.** Além dos requisitos especiais indicados nas Disposições Especiais, no Anexo ou Anexos e nos respectivos termos de referência, os contratos firmados com os Consultores deverão estipular as seguintes obrigações:

- (a) fazer os esclarecimentos ou ampliações que o Órgão Executor ou o Banco julguem necessários no tocante aos relatórios que os Consultores estão obrigados a apresentar conforme os termos de referência definidos em seus respectivos contratos;
- (b) fornecer ao Órgão Executor e ao Banco qualquer informação complementar que estes razoavelmente solicitem em conexão com o desenvolvimento de seus serviços;
- (c) no caso de consultores internacionais, desempenhar suas tarefas de forma integrada com os profissionais locais que o Beneficiário designe ou contrate para participar da realização do Programa, a fim de obter, no final da prestação de seus serviços, o treinamento técnico e operacional do referido pessoal; e
- (d) ceder ao Banco os direitos autorais, patentes e qualquer outro direito de propriedade industrial nos casos em que tais direitos derivem dos trabalhos e documentos produzidos pelos Consultores no âmbito dos contratos de consultoria financiados com os recursos do Programa.
- (e) sem prejuízo do disposto na alínea anterior, o Banco concede ao Beneficiário ou ao Órgão Executor, para que este possa difundir oportunamente os resultados do Programa, o direito de uso e aproveitamento dos produtos e consultorias financiados com recursos do Programa, no entendimento de que o Beneficiário ou o Órgão Executor utilizará os referidos produtos de consultoria de acordo com o disposto no Artigo 14 destas Normas Gerais.

**Artigo 10. Aquisição de bens e serviços.** (a) Com cargo à Contribuição e até por um montante destinado para tal fim no orçamento incluído no Anexo que descreve o Programa, o Beneficiário poderá adquirir os bens e serviços (diferentes dos de consultoria) previstos no Programa.

(b) Quando os bens e serviços (diferentes dos de consultoria) que se adquiram ou contatem para o Programa sejam financiados com recursos do Aporte, o Beneficiário utilizará, sendo possível, procedimentos que permitam a participação de vários proponentes e dará devida atenção aos aspectos de economia, eficiência e razoabilidade de preços.

(c) Quando sejam utilizadas outras fontes de financiamento que não sejam os recursos da Contribuição nem os do Aporte, o Beneficiário poderá acordar com o financiador o procedimento que deva seguir para la aquisição de bens e serviços. Sem embargo, a solicitação do Banco, o Beneficiário deverá demonstrar a razoabilidade tanto do preço pactuado ou pago pela aquisição de tais bens e serviços, como das condições financeiras dos créditos. O Beneficiário deverá demonstrar, outrossim, que a qualidade dos bens satisfaz os requerimentos técnicos do Programa.

(d) Durante la execução do Programa, os bens a que se referem o inciso (a) anterior serão utilizados exclusivamente para a realização do Programa.

(e) Os bens compreendidos no Programa serão mantidos adequadamente de acordo com normas técnicas geralmente aceitas dentro de um nível compatível com os serviços que devam prestar.

**Artigo 11. Demonstrações financeiras.** (a) Se o prazo de execução do Programa for superior a um (1) ano, e o montante da Contribuição for superior ao equivalente a um milhão e quinhentos mil dólares (US\$1.500.000), o Beneficiário, por intermédio do Órgão Executor, compromete-se a apresentar, de maneira que o Banco considere satisfatória:

- (i) demonstrações financeiras anuais e uma final, relativas às despesas incorridas durante a execução do Programa, efetuadas a débito da Contribuição e do Aporte. Estas demonstrações deverão vir ser acompanhadas de parecer de auditores independentes aceitáveis para o Banco e de acordo com normas que este considere satisfatórias.
- (ii) As demonstrações financeiras anuais deverão ser apresentadas dentro de noventa (90) dias contados a partir da data em que se encerre cada ano de execução do Programa, a começar pelo exercício econômico correspondente ao ano financeiro em que se tenham iniciado os desembolsos da Contribuição; e a final, dentro de noventa (90) dias contados a partir da data do último desembolso da Contribuição. Estes prazos só poderão ser prorrogados com o acordo do Banco por escrito.
- (iii) O Banco poderá suspender os desembolsos da Contribuição caso não receba de maneira satisfatória as demonstrações financeiras anuais dentro dos prazos estabelecidos no inciso (ii) desta alínea ou da prorrogação desses prazos que houver sido autorizada.

(b) Caso o prazo de execução do Programa não ultrapasse um (1) ano ou o montante

da Contribuição for igual ou inferior ao equivalente a um milhão e quinhentos mil dólares (US\$1.500.000), o Beneficiário, por intermédio do Órgão Executor, compromete-se a apresentar, de maneira satisfatória para o Banco e dentro dos noventa (90) dias seguintes à data do último desembolso da Contribuição, uma demonstração financeira sobre as despesas do Programa efetuadas a débito da Contribuição e do Aporte, acompanhada de um parecer de auditores independentes aceitáveis ao Banco e de acordo com normas também satisfatórias para este.

**Artigo 12. Controle interno e registros.** O Beneficiário, o Órgão Executor ou o Órgão Contratante, conforme o caso, deverá manter um sistema adequado de controles internos contábeis e administrativos. O sistema contábil deverá estar organizado de forma a conter a documentação necessária para verificar as transações e facilitar a preparação oportuna das demonstrações financeiras e dos relatórios. Os registros do Programa deverão ser mantidos por um período mínimo de três (3) anos depois do último desembolso da Contribuição, de modo a: (a) permitir a identificação das quantias recebidas das diferentes fontes; (b) consignar, em conformidade com o registro de contas que o Banco tenha aprovado, os investimentos no Programa, tanto com os recursos da Contribuição como com os demais recursos que sejam necessários para a sua total execução; (c) conter os pormenores necessários para identificação das obras realizadas, dos bens adquiridos e dos serviços contratados, assim como a utilização das referidas obras, bens e serviços; (d) que tais documentos incluam a documentação relacionada com o processo de licitação e a execução dos contratos financiados pelo Banco, o que compreende, mas não se limita a, os avisos de licitação, os pacotes de ofertas, os resumos, as avaliações das ofertas, os contratos, a correspondência, os produtos e minutas de trabalho e as faturas, incluindo documentos relacionados com o pagamento de comissões, e pagamentos a representantes, consultores e empreiteiros; e (e) demonstrar o custo dos investimentos em cada categoria e o progresso do Programa

**Artigo 13. Inspecções.** (a) O Banco poderá estabelecer os procedimentos de inspeção que julgue necessários para assegurar-se do desenvolvimento satisfatório do Projeto.

(b) O Beneficiário, o Órgão Executor e o Órgão Contratante, conforme o caso, deverão permitir que o Banco inspecione a qualquer tempo o Programa, assim como os equipamentos e materiais correspondentes, e examine os registros e documentos cujo conhecimento considere pertinente. No desempenho dessa tarefa, o pessoal que o Banco enviar ou designar para o cumprimento deste propósito, como investigadores, representantes, auditores ou peritos deverá contar com a mais ampla colaboração das respectivas autoridades. Todas as despesas relativas a transporte, salário e demais gastos efetuados com tal pessoal serão pagas pelo Banco.

(c) O Beneficiário, o Órgão Executor ou o Órgão Contratante, conforme o caso, deverão proporcionar ao Banco, se eventualmente solicitado por seu representante autorizado, todos os documentos, inclusive os relacionados com as aquisições, que o Banco possa razoavelmente solicitar. Ademais, o Beneficiário, o Órgão Executor e o Órgão Contratante deverão colocar à disposição do Banco, se assim solicitado com razoável antecipação, seu pessoal para que respondam às indagações que o pessoal do Banco possa ter em relação à revisão

ou auditoria dos documentos. O Beneficiário, o Órgão Executor e o Órgão Contratante, conforme o caso, deverá apresentar os documentos oportunamente, ou uma declaração juramentada na qual constem as razões pelas quais a documentação solicitada não se encontra disponível ou está sendo retida.

(d) Caso o Beneficiário, o Órgão Executor ou o Órgão Contratante, conforme o caso, se recusar a cumprir a solicitação apresentada pelo Banco, ou de alguma maneira oponha obstáculos à revisão do assunto por parte do Banco, o Banco, à sua inteira discrição, poderá adotar as medidas que considere apropriadas contra o Beneficiário, o Órgão Executor ou o Órgão Contratante, conforme o caso.

**Artigo 14. Outros compromissos.** O Beneficiário, por intermédio do Órgão Executor, deverá ainda:

- (a) proporcionar aos Consultores e aos peritos e especialistas locais serviços de secretaria, escritórios, materiais, comunicações, transporte e todo apoio logístico que requeiram para prestação de seus serviços;
- (b) apresentar ao Banco cópia dos relatórios dos Consultores e suas observações sobre os mesmos;
- (c) fornecer ao Banco qualquer outra informação adicional ou pareceres jurídicos que este razoavelmente lhe solicite a respeito da realização do Programa e do uso da Contribuição e do Aporte; e
- (d) manter o Representante do Banco no Brasil informado sobre todos os aspectos do Programa.

**Artigo 14. Publicação de documentos.** Qualquer documento a ser expedido em nome do Banco ou com uso de seu logotipo e que se deseje publicar como parte de um projeto especial, programa conjunto, trabalho de pesquisa ou de qualquer outra atividade financiada com os recursos do Programa deverá ser previamente aprovado pelo Banco.

**Artigo 15. Supervisão local.** Sem prejuízo do acompanhamento da implementação do Programa realizada pelo Órgão Executor, o Banco poderá supervisionar a execução do Programa no local, por meio de sua Representação no Brasil e dos funcionários que designe para este fim.

**Artigo 16. Alcance do compromisso do Banco.** Fica entendido que o fato de conceder a Contribuição não implica compromisso algum de parte do Banco no sentido de financiar, total ou parcialmente, qualquer programa ou projeto que, direta ou indiretamente, possa resultar da realização do Programa.

**Artigo 17. Arbitragem.** Qualquer controvérsia decorrente deste Convênio que não se resolva por acordo entre as partes será submetida, incondicional e irrevogavelmente, ao

seguinte procedimento e sentença:

- (a) Composição do Tribunal. O Tribunal de Arbitragem será composto por três (3) membros, designados da seguinte forma: o primeiro pelo Banco, o segundo pelo Beneficiário e o terceiro, doravante denominado “Dirimente”, por acordo direto entre as partes ou por intermédio dos respectivos árbitros. Se as partes ou os árbitros não se puserem de acordo sobre a escolha do Dirimente, ou se uma das partes não puder designar árbitros, o Dirimente será designado, a pedido de qualquer das partes, pelo Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos. Se uma das partes não designar árbitro, este será designado pelo Dirimente. Se algum dos árbitros designados ou o Dirimente não quiser ou não puder atuar ou continuar atuando, proceder-se-á à sua substituição de forma idêntica à indicada para a designação original. O sucessor estará investido das mesmas funções e atribuições de seu antecessor.
- (b) Início do procedimento. Para submeter a controvérsia à arbitragem, a parte reclamante dirigirá à outra parte uma comunicação escrita expondo a natureza da reclamação, a satisfação ou reparação pretendida e o nome do árbitro que designa. A parte que houver recebido tal comunicação deverá, dentro do prazo de quarenta e cinco (45) dias, comunicar à parte contrária o nome da pessoa que designar como árbitro. Se, dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da entrega da citada comunicação ao reclamante, as partes não houverem acordado quanto à pessoa do Dirimente, qualquer uma delas poderá recorrer ao Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, para que este proceda à designação.
- (c) Constituição do Tribunal. O Tribunal de Arbitragem será constituído em Washington, Distrito de Colúmbia, Estados Unidos da América, na data em que o Dirimente designar e, uma vez constituído, e funcionará nas datas que o próprio Tribunal fixar.
- (d) Procedimento. (i) O Tribunal só será competente para conhecer os pontos da controvérsia. Adotará seu próprio procedimento e, por iniciativa própria, poderá designar os peritos que estime necessários. Em qualquer caso, deverá dar às partes a oportunidade expor suas razões em audiência.
  - (ii) O Tribunal julgará segundo sua consciência, com base nos termos do Convênio, e proferirá sua sentença mesmo no caso em que uma das partes seja revel.
  - (iii) A sentença será reduzida a termo e adotada com o voto concorrente de pelo menos dois membros do Tribunal; deverá ser exarada dentro do prazo aproximado de (60) sessenta dias a partir da data da designação do Dirimente, a menos que o Tribunal determine que, por circunstâncias especiais e imprevistas, tal prazo deva ser ampliado; serão notificadas às partes mediante comunicação assinada por pelo menos dois membros do Tribunal; deverá ser cumprida dentro de (30) trinta dias a partir da data da

notificação, terá efeito executivo, e não admitirá qualquer recurso.

- (e) Custas. Os honorários de cada árbitro serão cobertos pela parte que o houver designado e os honorários do Dirimente por ambas as partes em proporção igual. Antes de constituir-se o Tribunal, as partes acordarão quanto aos honorários das demais pessoas que, segundo convenham, entendam que devam intervir no procedimento de arbitragem. Se o acordo não ocorrer oportunamente, o próprio Tribunal fixará a compensação que seja razoável para tais pessoas, levando em conta as circunstâncias. Cada parte pagará as próprias despesas no procedimento de arbitragem, mas as custas do Tribunal serão pagas pelas partes em proporção igual. Qualquer dúvida quanto à divisão das custas ou à forma em que devam ser pagas será resolvida pelo Tribunal, sem direito a ulterior recurso.
- (f) Notificações. Toda notificação relacionada com a arbitragem ou a sentença será feita segundo a forma prevista neste artigo. As partes renunciam a qualquer outra forma de notificação.



## ANEXO ÚNICO

### Technical Cooperation Program

#### Knowledge Partnership Korea Fund for Technology and Innovation

#### TC BRIEF

TC N°: RS T-1362

#### I. GENERAL INFORMATION

**Project title:** Support to the US-Brazil Innovation Summit for Sustainable Development

**Project number:** RS T-1362

**Project Team:** Team Leader: Daniel Malkin (SDS/EST). Other members: Bernardo Guillamón (PRE/PSC), Cynthia Colaiacovo (LEG/OPR), Wagner Guerra COF/CBR

**Objective** The objective of this technical cooperation is to provide support for an Innovation Summit to take place on July 11-12, 2007 in Brasilia, Brazil, which will result in lessons learned and best practices for sustainable innovation-based development for countries in the region. The Summit will provide a mechanism to share and discuss practical experience and insights from decision-makers from both the public and private sector on key factors to consider in developing successful innovation initiatives. Experiences will be presented from countries in the Americas such as Brazil, Colombia, Chile, and the United States.

This technical cooperation will have 3 components:

**(I) Preparation of Presentations on Innovation Challenges and Initiatives in the Region.** This component will support the preparation of the presentations and panels by top decision-makers and experts on key opportunities and challenges in enabling an innovative economy and improved competitiveness from countries within and outside of Latin American Region.

**(II) Dissemination of results.** This component will support:

(i) The preparation of a Summit summary report highlighting main findings and conclusions regarding lessons learned, best practices of interest to policy and decision makers in the Bank, member countries' governments, and the private sector; the report will also include recommendations for follow-up steps or activities to be taken by the Bank and other stakeholders; (ii) The dissemination of the Summary report and of the presentations and panel discussions through a dedicated website; and (iii) the conduct and analysis of a survey of participants on the relevance of the Summit format to inform the stakeholders' debate on innovation initiatives.

**(III) Logistical Support.** The third component involves partial logistical support for the execution of the Innovation Summit. This will provide to secure the necessary infrastructure and equipment for the Summit, i.e., partial support for the venue, printed materials, and part of the necessary equipment needed for the organization of the Summit.

**Date requested:** 18 June, 2007

<b>Beneficiaries:</b>	Government and non-government organizations from borrowing and member countries.		
<b>Executing agency:</b>	Movimento Brasil Competitivo – <b>MBC</b>		
<b>Amount and source of financing:</b>	Knowledge Partnership Korea Fund for Technology and Innovation	US\$	74,712
	Counterpart (MBC)	US\$	70,000
	Total:	US\$	144,712
<b>Time frame:</b>	Execution period:		6 months
	Disbursement period:		5 months

## **II. BACKGROUND AND JUSTIFICATION**

- 2.1 In today's knowledge-based economy, innovation and human capacity building play a paramount role in creating and sustaining competitive advantage. It is also widely acknowledged that investments in science, technology and innovation are indispensable in addressing the major issues of our time, such as: finding sustainable energy solutions; building clusters of innovation that spur entrepreneurship and job creation; preventing and eradicating diseases; and improving security and resilience in the public and private sector. Countries in Latin America and the Caribbean (LAC) have long relied on governments to develop Science, Technology and Innovation (ST&I) capacity. However, governments cannot fashion a vibrant innovative environment alone. This requires a strong involvement of the private sector. One way proven to be highly effective to move forward the innovation and competitiveness agenda are public-private partnerships which are key organization models in today's fast moving and global environment. A better understanding is needed of the new dynamics, opportunities and challenges of 21<sup>st</sup> century innovation systems is a fundamental step to create sustainable, globally-competitive and secure economies and societies in an increasingly interdependent world.
- 2.2 This technical cooperation project will review important factors in developing and enhancing national and regional innovation systems in Brazil and selected other countries within the Americas including the United States, with respect to building capacity in science, technology and innovation to contribute to a better understanding within the region of the steps that must be taken to improve innovation-based growth and competitiveness.
- 2.3 The experience of countries such as Brazil, that are strengthening the country's capacity to generate, transfer, and adapt knowledge and new technology are very relevant to other countries in the region. For instance, Brazil's Innovation Law in 2004 has provided the enabling conditions for its own National Innovation Initiative, and it would be useful to review this legislation and the implementation of the benchmark Brazil's innovation performance against that of other countries, and draw lessons that could prove useful for the region. More generally, as Latin American countries move to strengthen innovative capacities in their public and private sectors, it is useful to review and analyze the experiences of other successful innovative countries within the Americas, such as Chile and the United States. It is imperative that countries strengthen their institutional framework for science, technology, and innovation; increase investments in training and education; enhance technology transfer and private sector innovation; and encourage research collaboration and the mobility of researchers between universities and the productive sector, thereby improving the country's competitiveness.
- 2.4 It is also important to take into consideration the perspective of the private sector investors in developing innovation initiatives and the Summit will endeavor to provide the viewpoints of a number of important industry leaders from various sectors and countries.

## **IDB and ST&I**

- 2.5 Historically, the Inter-American Development Bank has played a decisive and pioneering role in the development of an ST&I capacity in the region, resulting in the training of thousands of scientists, the establishment of centers of excellence, and development of national science and technology institutions in the past four decades. The IDB Strategy for Science and Technology for Development (2001) affirms the importance of ST&I for economic and social development and the alleviation of poverty. It also emphasizes the importance of sound analyses of needs and opportunities to ensure implementation of the most effective strategies and mechanisms for the benefit of the region.
- 2.6 Recognizing the importance of ST&I for development and noting the need within the region for a greater priority for this area, the Bank has moved to strengthen its effectiveness in the ST&I sector. Recent measures include, within the Realignment process, the definition of ST&I as one of the top five institutional priorities and the approval of a new technical Division in charge of research and operations in Science and Technology, within the Vice-Presidency of Sectors and Knowledge. This reinvigorated institutional priorities will leverage the new resources available through Knowledge Partnership Korean Technology and Innovation Fund to support technical assistance, and the engagement of the region's decision-makers, through seminars and workshops, in a dialogue on needs and relevant strategies.

## **IDB and the Innovation Summit**

- 2.7 The IDB, in cooperation with Movimento Brasil Competitivo (**MBC**) and other institutions, will support the Innovation Summit, whose objective is to discuss strategies and policies that promote innovation in both the public and private sectors, and to develop a common agenda and a series of recommendations to drive well-being and prosperity across the Americas, and to make innovation a first-tier priority in developing countries for sustainable growth.
- 2.8 The Summit will focus primarily on the presentation and discussion of concrete experiences in developing the enabling conditions for an environment which encourages innovation and technical change, and on promoting linkages among innovation agents, within and across borders. Attention will be drawn to the most important issues that condition the success of innovation as a driver of competitiveness, including, but not limited to, those programs developed with the assistance of multilateral and bilateral donor institutions. In general, these issues can be summarized by the question: "What should Governments, the Donor community, Corporations, Universities and NGOs do to help strengthen the national innovation initiatives, given that they have different needs, different initial factor endowments and existing capabilities, different levels of development and different development strategies and visions of the future?"
- 2.9 IDB participation, and thus the LAC region participation in the Summit is of great relevance considering the emphasis the Bank is putting on Science, Technology and Innovation for development. Recognizing the high priority of Science and Technology in the realigned organization of the IDB, Summit organizers will invite Luis Alberto Moreno, President of IDB to participate on a key leadership panel to share his views on the importance of these themes for the region, and will also invite other IDB staff to participate in the Summit, opening the possibility to an enhanced level of support of the Bank to new projects in the area of innovation and competitiveness. The Bank could play a catalytic role in attracting other regional actors, generating a regional agenda for innovation and facilitating the replication of best practices, and could contribute to the finance of innovation projects impacting the competitiveness of countries in the region.

### III. OBJECTIVES:

- 3.1 The main theme of the Innovation Summit is that in today's increasingly competitive, global economy, innovation as a driver for economic growth can no longer be seen as a luxury item, suitable primarily for the economic agenda of wealthier, more economically dynamic countries. Rather, raising the importance of innovation in national policy agenda and promoting innovation policy initiatives that involve and nurture collaboration among public and private stakeholders in central and local governments, universities and research centers and the private sector, including multinational enterprises is a necessity for all countries in order to reap the benefits of technological progress, to better respond to pressing social needs, to provide new job opportunities and increase their international competitiveness. Important issues to address are how countries can improve their national innovation systems, what type of initiatives are effective given various levels of economic growth, how best to incorporate views from various sectors and forge a consensus to improve the effective implementation of these innovation initiatives.
- 3.2 Therefore the main objective of this technical cooperation is partial assistance to support the Summit venue, organization, preparation, and execution of Summit presentations and panels by top policymakers and experts from Brazil, other countries in Latin America and the Caribbean, the United States and selected countries outside the Hemisphere that will contribute to the development of and be aligned with the objectives of the Innovation Summit to:
- Strengthen the science, technology and innovation potential in Latin America and the Caribbean through the sharing of best practices;
  - Examine benchmarks of innovation and progress/new directions for wealth creation and enhancement of well-being and contributions to the acceleration of the process of economic and social development;
  - Identify and examine common ST&I challenges and opportunities – that may spur further common research, debate and dialogue among participants;
  - Forge one-of-a-kind, hemispheric (and beyond) collaborative networks to drive innovation-based productivity, growth and prosperity in the region;
  - Enhance the existing competence of the Bank in the implementation of innovation-based strategies through the creation of a unique network of public and private sector innovation leadership across the Americas;
  - Engage key officials from the Bank in dialogue, new networks and ongoing activities that will enhance the competitiveness, productivity and prosperity of the Americas; and
  - Articulate clear action steps for Latin American countries, other nations and the Bank to bolster science and technology development, and strengthen national innovation initiatives across the Americas.

### IV. DESCRIPTION:

- 4.1 This technical cooperation will have three components:
- (i) Preparation of Presentations on Innovation Challenges and Initiatives in the Region.** Preparation of six presentations on science, technology and innovation for sustainable growth and competitive advantage to be presented in each of the Innovation Summit panels.
  - (ii) Dissemination of results.** This component entails the dissemination of the presentations made at the Summit as well as of a report highlighting the main recommendations derived from the presentations and discussions held in the framework of the four “Competitiveness and Innovation Labs” panels composed of high level executives from the public and private sectors leaders. This component will also include a post-Summit survey of all the participants aimed at providing insights of the format of the event, in view of its possible replication for the organization of similar Innovation Summits to be held in other countries.

- (iii) **Partial logistical support** for the execution of the Summit in Brasilia, Brazil.

#### **Component 1. Presentations**

- 4.2 Presentations and panels will be conducted by policymakers, entrepreneurs and experts with recognized expertise on innovation and competitiveness, science and technology policy and familiarity with Brazil, other countries in Latin American and in the Hemisphere, such as the United States, and who have had direct participation in the design and/or implementation of innovation-related policies, programs and projects, to be presented. This component will finance the presentation, travel and participation of 6 speakers/experts:

PRESENTATION 1: Mobilizing for Success in the 21st Century: An Innovation Call to Action Plan, Deborah **Wince-Smith**, President of the Council on Competitiveness, expert from the USA.

PRESENTATION 2: Competitiveness and Innovation Lab 1, Oscar Guillermo **Garretón** Purcell, President of Fundación Chile, expert from Chile.

PRESENTATION 3: Competitiveness and Innovation Lab 1, Debra **van Opstal**, Senior Vice President, Council on Competitiveness, expert from the USA.

PRESENTATION 4: Competitiveness and Innovation Lab 2, Luis Guillermo **Plata**, Minister of Trade and Industry of Colombia, expert from Colombia

PRESENTATION 5: Competitiveness and innovation Lab 3, Edward **Donelly**, President of the International Paintings and Coatings Association and Senior Fellow, Council on Competitiveness expert from the USA.

PRESENTATION 6: Competitiveness and Innovation Lab 4, Chad **Evans**, Vice President, Council on Competitiveness, expert from the USA.

#### **Component 2: Dissemination of results.**

- 4.3 This component includes: (i) the preparation of the Summary report highlighting the main conclusions and recommendations regarding lessons learned and best practices in the design and implementation of initiatives aimed fostering innovation with a particular emphasis on those involving collaboration between public and private stakeholders, a well as suggestions for follow-up activities to be considered by Member countries, the Bank and NGOs active in the innovation and competitiveness debate at national and international levels; (ii) The dissemination, through a dedicated website, of the presentations made at the Summit and of the Summary report; and (iii) the preparation of a Survey of the Summit of participants aiming at providing insights on the relevance of the format of the Summit and the analysis of its results in view of the organization of similar events in other countries of the region, or to the region as a whole. through the organizations website.

#### **Component 3: Partial logistical support.**

- 4.4 This component will contribute to the logistics and infrastructure of the Summit, notably as regards translation services, and specialized equipment.

#### **Expected Results**

- 4.5 As a result of the activities described above, the project is expected to make an original and important contribution to the understanding of how both the private and public sectors must collaborate to develop successful strategies for incorporating ST&I as an essential element in their long term economic development plans. The presentations and panels will provide best practices and models that can be reviewed and incorporated by the countries of the region in devising their own strategies for developing ST&I capacity and innovation initiatives. In this context the exchange and the dissemination of information about the design, financing and implementation of concrete successful innovation initiatives of best practices as provided by the project will be a major deliverable.
- 4.6 The Bank will also benefit from the exchange of experiences that will take place during the Summit to the extent such experiences may inform the design of technical assistance or loan operations which less advanced countries of the region may require in order to emulate successful initiatives presented at the Summit.
- 4.7 Demand for this Summit is high among the public and private sectors in Brazil and across the Americas. President Lula and President Bush have set the tone for increased collaboration and hemispheric cooperation over the past few months – and their joint communiqué following President Lula’s recent visit specifically lauds the Innovation Summit to support greater competitiveness and innovation.
- 4.8 MBC envisions the Summit as a platform – an opportunity to leverage the participants and created networks to build a richer competitiveness and innovation-focused environment across the Americas; and to discuss future innovation-focused projects in Brazil and the Americas.
- 4.9 The post-Summit survey of participants will provide insights into the successes and shortfalls of the Summit, tease out avenues for policy work and engagement, and identify areas/issues for future projects.

## V. COST AND FINANCING:

TYPE OF EXPENSE	KOREA FUND (KFT) US\$	MBC* US\$	TOTALS  US\$
<b>COMPONENT 1</b>			
<b>CONSULTANTS</b>			
<b>TRAVEL COSTS</b>			
<b>International Business</b>			
1 ticket x 1 expert from Colombia	2, 000		2, 000
1 ticket x 1 experts from Chile	2, 500		2, 500
2 tickets x 2 experts from the U.S.A ( US\$ 8, 000 each)	16, 000		16, 000
<b>International Economy</b>			
2 tickets x 2 experts from the U.S.A ( US\$ 3, 500 each)	7, 000		7, 000
<b>Per Diem</b>			
6 persons x 3 days x US\$ 234	4, 212		4, 212
<b>COMPONENT 2</b>			
<b>REPORTS</b>			
Preparation of Summary Report and Recommendations	15, 000	8, 000	23, 000
Dissemination of the presentations and the Summary Report	7, 000	2, 000	9, 000
Survey	5, 000	4, 000	9, 000
<b>COMPONENT 3</b>			
<b>EQUIPMENTS</b>			
Translation and equipments	5, 000	12, 000	17, 000
Sound systems	2, 500	8, 000	10, 500
<b>MATERIALS</b>			
Printed material	2, 500	14, 000	16, 500
<b>Venue</b>			
Blue Tree Hotel Brasilia	5, 000	15, 000	20, 000
<b>OTHER</b>	1, 000	7, 000	8, 000
<b>TOTAL</b>	<b>74, 712</b>	<b>70, 000</b>	<b>144, 712</b>

\* Local contribution in cash and kind

## VI. EXECUTING AGENCY

- 6.1 The Brazil Competitiveness Movement (**MBC**) is a nonprofit institution recognized by the Brazilian Government as a public organization of the civil society, known as "OSCIP" (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), organized to improve quality, competitiveness and productiveness in Brazil. Since its creation in 2001, **MBC** has been promoting structural innovation actions towards quality and productivity in order to achieve

national development and enable institutional articulation from social and economic actors within society. The positioning of the organization is identified with the improvement of competitiveness in both public and private institutions and the commitment to increase the quality of life of the Brazilian society.

- 6.2 MBC's mission is to contribute expressively to improve competitiveness in private organizations and increase quality and productivity in public organizations in a sustained way, elevating the quality of life of the Brazilian population. Through the last three years MBC has developed key projects in the area of competitiveness and innovation such as: (i) development of a competitiveness agenda for Brazil 2005-2007, including specific call for actions from governments, businesspeople, and society regarding the competitiveness issue; (ii) production of an annual competitiveness report with the application of indicators for Brazil; (iii) organized and launched with the World Bank the study of "Doing Business in Brazil", measuring the evolution of indicators related to obstacles for growth in 12 Brazilian cities; (iv) annual production of the competitiveness study of the 27 Brazilian states, providing financing for the production of concrete actions for economic and social development in association with a strong set of business organizations and NGOs such as Fundacao Dom Cabral, FIESP, SEADE, CIDE, etc., and replication of this methodology in other countries (i.e. Mexico); (v) Support to the World Economic Forum in the preparation and analysis of the indicators of competitiveness for Brazil as part of the annual World Competitiveness Report; and (vi) partnership with the Ministry of Science and technology and the Studies and Project Finance Agency (FINEP) supporting the program INOVAR and the development of the new innovation law, including the preparation of instruments to foster innovation and the culture of benchmarking. The specialization and outreach of this successful projects executed by MDB demonstrate the capacity of the institution to be a valuable partner for the IDB to carry out the proposed technical assistance project.

## **VII. MONITORING AND EVALUATION**

- 7.1 The monitoring and evaluation strategy for the development of the Innovation Summit activities and post Summit activities will improve the planning of the Summit and ensure its success, and will provide a better means for learning from the Summit experience. It will develop guidelines for replication and improving the planning and execution of similar summits. Careful planning and monitoring will improve the allocation of scarce resources, and a careful evaluation of the Summit and its recommendations will provide demonstrated results as part of accountability to the IADB and key stakeholders.
- 7.2 The activities will be developed from June through October and will include the following outcomes/deliverables:
- COMPONENT 1
    - July – Soliciting, receiving, and sharing the presentations from the speakers/experts.
  - COMPONENT 2
    - July/August – Disseminating the presentations and outcomes of the innovations Labs in the websites of the organizations
    - September/October – Delivering of the hard copy of the final report, survey results and lessons learned from the Summit to the IADB and key stakeholders.
  - COMPONENT 3
    - August/September – Presentation of the expense reports.

MBC will provide a monthly report of activities for the IDB and key stakeholders.



### VIII. SUSTAINABILITY:

Based on the growing interest of countries to strengthen innovation, it is of great importance to enhance networking among policymakers, technical experts and other agents in order to foster innovation throughout Latin American and the Caribbean countries. Given the high level of interest demonstrated by participating organizations and entities, the MBC may seek additional funding from the public and, particularly, the private sector to launch related networking activities. These activities will contribute in the establishment of a regional collaborative network to drive innovation-based productivity, growth and prosperity in the region.

### IX. RESPONSIBILITY IN THE BANK:

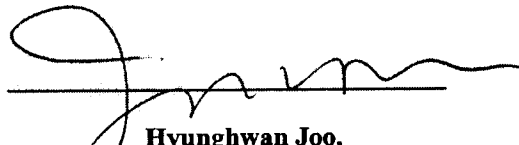
**Daniel Malkin,**  
Deputy Manager  
SDS/EST  
Phone: (202) 623 1908  
Fax: (202) 312 4261 [Danielma@iadb.org](mailto:Danielma@iadb.org)

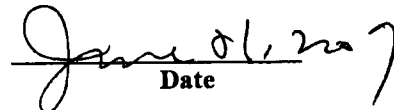
### X. RECOMMENDATION:

Daniel Malkin, designated team leader for the project of the reference, confirms that this operation has been reviewed in order to satisfy the decisions of the Management Review Committee to which it was submitted, and recommends the approval of this operation and the use of resources from the Fund, totaling up to US \$ 74,712 in order to finance the corresponding project.

### XI. CERTIFICATION:


I certify that this operation satisfies the eligibility criteria approved for financing by the donor of the Knowledge Partnership Korea Fund for Technology and Innovation. Also, I certify that resources from the Knowledge Partnership Korea Fund for Technology and Innovation are available for up to US \$ 74,712 in order to finance the activities described and budgeted in this Memorandum - Plan of Operations. The commitment and disbursement of these resources shall be made only by the Bank in dollars of the United States of America. The same currency shall be used to stipulate the remuneration and payments to consultants, except that local consultants working in their own borrowing member country shall have their remuneration defined and paid in the currency of that country. No resources of the Fund shall be made available to cover amounts greater than the amount certified herein above for the implementation of this Plan of Operations. Amounts greater than the certified amount may arise from commitments on contracts denominated in a currency other than the Fund currency, resulting in currency exchange rate differences, for which the Fund is not at risk.

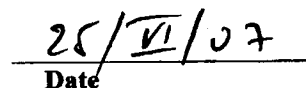
  
Hyunghwan Joo,  
Senior Adviser, SDS/EST

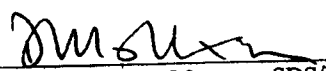
  
Date

### APPROVAL:

Approved by

  
Antonio Vives, Manager SDS/

  
Date

Vo. bo.   
Daniel Malkin, Deputy Manager, SDS/EST